

VIGIÁGUA

Ana Julia Conrad Parmegiani, Camila Amthauer, Daniela Knob, Deisi Cristina dos Santos, Maiara Cristina Kunzler, Sabrina Casagrande

Resumo

Introdução: Cada vez mais tem se observado a busca por água segura e sadia por parte da população, visto que a água é responsável por grande parte das reações químicas do corpo humano e recursos ambientais encontrados na natureza. Desta forma, o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIÁGUA) compreende ações de saúde pública que garantem acesso à água de qualidade para a população. Objetivo: Identificar as ações do Programa VIGIÁGUA como parte principal das ações de prevenção dos agravos transmitidos pela água e de promoção da saúde, previstas no Sistema Único de Saúde (SUS). Método: Desenvolveu-se o estudo seguindo as etapas da revisão integrativa de literatura, sendo elas: 1ª etapa – estabelecer os critérios para inclusão e exclusão de estudos; 2ª etapa – definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e categorização dos estudos, 3ª etapa – avaliação dos estudos selecionados; 4ª etapa – interpretação dos resultados; 5ª etapa – apresentação da revisão e síntese do conhecimento. A busca dos artigos foi realizada no Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, Decreto Federal e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Para a BVS foram utilizados os termos: VIGIÁGUA e ser humano, e o operador booleano and. Estabeleceram-se como critérios de inclusão os filtros: publicações revisadas, disponíveis e completas

dos últimos cinco anos, no idioma português. Foram excluídos do trabalho os artigos que fugissem do objetivo ou repetidos. A partir dos cruzamentos acima, emergiram cinco artigos e destes foi selecionado um artigo para compor o resultado da pesquisa. Para a análise dos dados utilizou-se a construção de informações como título, objetivos e principais resultados. A elaboração do trabalho ocorreu durante o componente curricular de Saúde e Meio Ambiente, ministrado na 7ª fase do curso de graduação em Enfermagem, da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), campus São Miguel do Oeste/SC. Resultados e discussão: A água é um dos recursos essenciais para a sobrevivência do ser humano, sendo responsável pela grande maioria das reações químicas do corpo humano e de recursos ambientais encontrados em nosso meio (MINISTÉRIO DA SAÚDE et al., 2020). A divisão de água no planeta ocorre de forma desigual. Há vários mananciais, sendo 0,3% de água doce que são mananciais superficiais e 30% no subsolo, cerca de 70%, está em geleiras. Entretanto, esta proporção não é distribuída nas regiões de forma semelhante, o que pode ser verificado inclusive no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE et al., 2020). O Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) se configura como um dos distintos projetos que se destinam a contribuir para a administração dos riscos atribuídos à qualidade da água para o consumo humano. Além disso, o SISAGUA estabelece informações que permitem identificar propriedades do abastecimento de água no país, baseado nos conceitos inseridos frequentemente no setor de Vigilância e Controle, como: relacionar-se à cobertura dos formatos de abastecimento de água nos municípios, nos estados e no Brasil; municípios que não apresentam elementos nos sistema; exposição de amostras fora do padrão de potabilidade, determinado na legislação em vigor; nas declaradas referências as quais auxiliam a tomada de decisão em todos os setores de saúde e gestão do SUS. Dentre as diversas ações que são realizadas pelo VIGIÁGUA, estão destacadas: Monitoramento da qualidade de água; inspeção dos Sistemas de abastecimento de água; capacitação e orientações de fiscais para a inspeção e coleta de água para avaliar a eficiência do tratamento da água; publicação de normas e

legislações; publicação mensal do boletim da qualidade de água; distribuição de hipoclorito de sódio nas regionais de saúde e para seus municípios residentes. Os objetivos visam alcançar a esfera municipal, estadual e federal com a redução da morbimortalidade por agravos e doenças de transmissão hídrica, saneamento, preservação hídrica e do meio ambiente, educação em saúde, avaliação da qualidade da água com identificação dos fatores de risco e possíveis soluções e avaliação da distribuição da água. O Decreto Nº 5.440, de 4 de maio de 2005, é referente a qualidade e características da água e estabelece informações que devem ser prestadas ao consumidor de forma clara, compreensível e correta, orientações, alertas de possíveis danos através dos canais de informações. A exposição de pessoas ao agrotóxico é considerado um agravo de saúde pública; e, por este motivo, o setor da saúde vem criando ações para a população ter menos exposição a este problema. Com isso, o VIGIÁGUA criou e implementou diversas ações para a prevenção e também para descoberta de mananciais de água com contaminação de agrotóxicos, como orientar os técnicos de vigilância. Com a ajuda do Ministério da Saúde foi elaborado um documento para a monitorização destas águas para identificar os fatores de riscos e se a água é suscetível para o consumo humano, a fim de evitar surtos pela transmissão hídrica, surto de doença diarreica aguda ou outro agravo de transmissão fecal-oral, além de realizar coletas de amostras de água para análise microbiológica completa, de modo a apoiar a investigação epidemiológica e a identificação, sempre que possível, do gênero ou espécie de microrganismo. Caso haja suspeita de surto, deve-se contatar o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN) realizar as coletas das amostras em frascos identificados com profissionais capacitados e posteriormente enviar amostras conforme orientações de fluxograma de atendimento; a coordenação estadual de doenças de transmissão hídrica e alimentar, também o responsável pelo abastecimento de água, e por fim, a coordenação estadual do VIGIÁGUA. Se confirmar o surto, a vigilância epidemiológica também deverá orientar as coletas de material biológico dos doentes para análise clínica o mais rápido possível, além de notificar os casos

no Sistema de Notificação de Agravos (SINAN) (VIGILÂNCIA EM SAÚDE et al., 2019). Conclusão: A água é essencial para a sobrevivência do ser humano, sendo a mesma responsável pela grande composição química do corpo humano e de recursos ambientais. Porém, não são em todas as regiões que usufruem da mesma forma, podendo ser interferidos pelos efeitos climáticos das regiões abrangentes ou pelas ações causadas pelo ser humano. Assim, com a implantação do VIGIÁGUA e SISAGUA, estes garantem que ações de prevenção e promoção com outras instituições governamentais e municipais proporcionem o fornecimento adequado de água potável para a população, diminuindo os níveis de agravos relacionados à distribuição e ao consumo da água inadequada.

Palavras-chave: VIGIÁGUA. Qualidade. Segurança.

E-mails - ana_conrad@estudante.sc.senai.br; Danniiiknoob@gmail.com;

Referências:

BRASIL. Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005. Estabelece definições e procedimentos sobre o controle de qualidade da água. Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5440.htm. Acesso em: 23 de maio de 2022.

VIGIAGUA. Ministerio da saúde, [S. l.], p. 1, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svs/saude-ambiental/vigiagua/vigiagua#:~:text=Instrumento%20de%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20das%20a%C3%A7%C3%B5es,com%20o%20padr%C3%A3o%20de%20potabilidade%2C>. Acesso em: 23 maio 2022.

VIGIÁGUA - Vigilância da Qualidade da Água. Vigilância Sanitária - Estado de Santa Catarina, [S. l.], p. 1-1. Disponível em: <http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br/index.php/saude-ambiental/vigiagua>. Acesso em: 23 maio 2022.

BOLETIM Informativo Vigilância em Saúde Ambiental: Água: mais que consciência, uma questão de sobrevivência. Ministério da Saúde, [S. l.], p. 1-9, 23 maio de 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/clien/Downloads/boletimvigilanciaambiental_marco20%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/clien/Downloads/boletimvigilanciaambiental_marco20%20(1).pdf). Acesso em: 23 maio 2022.

RESUMO EXPANDIDO

FLUXO PARA INVESTIGAÇÃO DE SURTO DE TRANSMISSÃO HÍDRICA. Secretaria do Estado da Saúde, [S. l.], p. 1-3. Disponível em: https://www.saude.go.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2016-03/fluxo-para-investigaCAo-de-surtod-de-transmissAo-hldrica.pdf. Acesso em: 23 maio 2022.